

Diálogo com a Dra. Tatiana Bolívar Lebedeff

*Rosimar Serena Siqueira Esquinsani**

O primeiro número da Revista Espaço Pedagógico do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade de Passo Fundo (UPF) de 2022 tem como tema do dossiê **Políticas de educação especial inclusiva** que vem ganhando destaque nas políticas de educação, sobretudo, nas últimas três décadas. Para contribuir com o debate sobre o tema contamos com as reflexões e experiências da professora-doutora Tatiana Lebedeff, atualmente vinculada à Universidade Federal de Pelotas. Com um profundo conhecimento na área e uma vasta experiência profissional, traz elementos para aprofundar questões pertinentes ao tema do dossiê. A Revista Espaço Pedagógico agradece as contribuições da professora Tatiana e ao trabalho da professora-doutora Rosimar Serena Siqueira Esquinsani do PPGEdu da Universidade de Passo Fundo na construção desse diálogo.

REP — Qual a sua história com a educação especial? Qual a origem do seu encantamento pelo tema e da pauta que defende?

Dra. Tatiana Bolívar Lebedeff — Eu estava prestes a prestar vestibular, era o ano de 1984 e eu precisava decidir “o que fazer e para onde ir”, já que na minha cidade não tínhamos Universidade. Minha primeira opção era Psicologia. Entretanto, a única instituição pública que ofertava o curso no Rio Grande do Sul era a UFRGS e, na época, meu pai achava a cidade muito violenta para uma menina de 17 anos. Estudando as opções acabei me interessando pelo Curso de Licenciatura em Educação Especial, da UFSM. Posteriormente ingressei em Psicologia na UFF e, depois, pedi transferência

Recebido em: 25/05/2022 - Aprovado em: 05/06/2022
<https://doi.org/10.5335/rep.v29i1.13866>
ISSN on-line: 2238-0302

* Possui graduação em História pela Universidade de Passo Fundo (1993); graduação em Pedagogia pela Faculdade Anglo-Americano de Chapecó/SC (2016); Mestrado em Educação pela Universidade de Passo Fundo (2000); Doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos / UNISINOS (2004) e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2010). É professora Titular III da Universidade de Passo Fundo, atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo.

para a UPF. Acabei desistindo do curso e ingressei no Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS. A Educação de Surdos e a pesquisa na área que eu desenvolvia tinham uma interface com a Psicolinguística, mas, não significava que eu precisava mudar o rumo da formação inicial.

Quando iniciei o curso na UFSM nós éramos ensinadas a oralizar os surdos, e a língua de sinais (naquele tempo não usávamos o nome Libras) era uma língua marginal, proibida nas salas de aula, utilizada apenas nos recreios entre as crianças e no calçadão da cidade, nos encontros marcados pelos adolescentes e jovens, antes da era digital. Eu ficava incomodada com aquela restrição e acabei pagando um estudante surdo, da Universidade, para me dar aula de Língua de Sinais. Eram aulas particulares, meio que às escondidas.

Quando compreendi o potencial da língua e o que ela me permitia, comecei a estudar e a pesquisar mais sobre a educação de surdos tendo como língua de instrução a Libras. No início de minha carreira acadêmica trabalhei com orientação sexual e, posteriormente, letramento.

REP — Como observa o cenário educacional atual, em relação a educação especial na perspectiva da educação inclusiva?

Dra. Tatiana Bolívar Lebedeff — A Educação Inclusiva é necessária, indispensável, é um direito do cidadão. Infelizmente, o atendimento em Educação Especial ainda é muito fragilizado. Temos poucas salas de recursos, poucos professores de Atendimento Educacional Especializado, poucos professores auxiliares e poucos e mal capacitados monitores nas escolas. A escola antigamente sobrevivia apenas com o professor regente. Era a escola para poucos. Hoje a escola para todos exige uma configuração que ainda não foi implementada, porque requer investimento e o gestor público ainda não acordou para o impacto da educação inclusiva em todos os setores da sociedade, inclusive para a economia. Tem estudos da década de 70, realizados nos Estados Unidos, que mostram que cada dólar investido em Educação Especial (na época não tínhamos o conceito de Educação Inclusiva, utilizava-se o conceito de *Mainstreaming*) revertia, posteriormente, em 6 dólares, pois tanto o estudante teria condições posteriores de inserção no mercado de trabalho como liberava, durante o processo de escolarização, o adulto cuidador (geralmente a mãe) para trabalhar também. Era uma percepção bem neoliberal, mas, atrativa para gestores. Infelizmente o Brasil não incorporou essa perspectiva. Eu acredito em um trabalho de equipe: professor de sala de aula em interação com o professor do Atendimento Educacional Especializado, com o professor auxiliar

ou Atendente Terapêutico e, com o monitor. Essa equipe precisa de tempo de reunião para planejar, implementar e avaliar. Além disso, precisam estar conectados com os profissionais de fora da escola que também atuam com o estudante, ou seja, a médica, a psicóloga, a fonoaudióloga, a fisioterapeuta, entre outros. Pode ser utópico. Mas, precisamos sonhar para não desesperar. Cabe ressaltar que só tenho visto salas de recursos em Escolas Públicas, a Rede Privada geralmente não oferta este serviço e, na maioria das vezes, os salários dos monitores específicos para uma criança com deficiência são divididos entre família e instituição.

REP — Quais seriam os principais pontos a serem trabalhados na formação de professores - tanto na formação inicial, quanto continuada -, para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva?

Dra. Tatiana Bolívar Lebedeff — Percebo nos cursos de licenciatura uma tendência a teorizar mais do que praticar. Tenho uma parceira de pesquisa que é professora do Curso de Matemática na UFPEL, ela trabalha de maneira maravilhosa com produção de materiais didáticos e laboratório de experimentação desses materiais, é “didática raiz”! Não digo que termos que parar de teorizar, pelo contrário, mas creio que damos pouquíssimo espaço às experimentações didáticas, que não poderiam ocorrer apenas em estágios curriculares. A experimentação, na minha opinião, deveria ser entre os colegas: experimentando, questionando, problematizando, estabelecendo relações com a teoria. Tenho visto formação de licenciados que saem da universidade como excelentes Historiadores, Geógrafos, Filósofos, Linguistas, entre outras formações, mas, não tem nenhuma pista em como ensinar sua disciplina para o quinto ano do fundamental. Então eles entram na escola, iniciam o trabalho com o quinto ano e lá na sala de aula tem um aluno com TDAH, outro com Deficiência Intelectual, mais meia dúzia em vulnerabilidade econômica, entre outros fatores de heterogeneidade. Esse universo requer uma prática que não sai da cartola. Quando esse universo foi problematizado e, se problematizado, quais as alternativas de desenvolvimento de trabalho que foram discutidas? Por outro lado, a Educação Especial e a Educação Inclusiva nem fazem parte da formação inicial, com raríssimas exceções! Na minha instituição, temos apenas 2 ou 3 cursos com a disciplina de Educação Inclusiva como obrigatória. Apenas duas professoras concursadas na área para todas as Licenciaturas. Os alunos aprendem sobre Educação Inclusiva nos estágios, na prática. A disciplina de Libras não dá conta da Educação inclusiva, pois é uma disciplina muito específica para dar conta do ensino de uma língua e, muitas vezes, aborda tangencialmente a educação de surdos. Toda hora

o MEC está solicitando reformulação curricular das Licenciaturas, os cursos optam por colocar mais disciplinas teóricas das suas especificidades e não inserem Educação Inclusiva na formação inicial, infelizmente. Então, penso que temos que discutir a inserção da disciplina nos currículos, criar brechas nas trincheiras que são os colegiados de cursos.

REP — A avaliação tem sido um ‘Calcanhar de Aquiles’ na educação básica escolar. Quais as propostas de uma avaliação consistente no campo da educação especial, na perspectiva da educação inclusiva?

Dra. Tatiana Bolívar Lebedeff — A avaliação é um problema porque queremos sempre avaliar pelo parâmetro de um aluno padrão. A avaliação, na minha opinião, é dura e elitista, privilegia poucos. Vou contar uma historinha. Em 2007 tive a oportunidade de conhecer Jerome Bruner, na Universidade de Nova Iorque. Ele me contou que nasceu com catarata congênita e foi cego até os três anos de idade, quando fez uma cirurgia que lhe devolveu a visão. Posteriormente, no processo de escolarização, a escola avisou seus pais que provavelmente ele tinha deficiência intelectual, pois era muito atrasado e não era para esperarem muito dele. O pai de Bruner falou na escola que não se preocupassem, que ele preferia que o filho continuasse frequentando a escola, mesmo aprendendo pouco. Contou Bruner que o pai não deu muita bola e lia para ele todas as noites. Bruner, infelizmente já falecido, é hoje considerado um dos grandes pesquisadores da Psicologia do Desenvolvimento, um autor lido em praticamente todo o planeta. O que eu quero dizer com isso? Que a avaliação não pode ser preditora. O que aconteceria se os pais de Bruner tivessem se resignado com o vaticínio da escola? A avaliação é um retrato daquele momento, daquela hora, e depois? E em outras condições? Quando falam em avaliação sempre penso em Vygotsky. Sei que as avaliações são uma ferramenta para gestores, ferramentas para políticas públicas, entre outros. Mas, precisamos estar atentos para não frustrar as crianças “não padrão” pelo uso inadequado dessas ferramentas.

Antigamente tínhamos a possibilidade da Terminalidade Específica, que é uma polêmica: a Terminalidade Específica pode, se mal utilizada, prejudicar o desenvolvimento dos estudantes, pela lógica de que “qualquer coisa” pode compor o currículo do aluno, uma perspectiva do “mínimo”. Por outro lado, poderia ser um ótimo instrumento de validação das potencialidades dos alunos. Para o MEC a Terminalidade Específica não tem mais validade, em função da Política de Educação Inclusiva. Entretanto, sei de vários Municípios que ainda utilizam a Terminalidade Específica. Ou seja,

é uma situação bem complexa e delicada, e mostra um pouco a fragilidade da orientação e implementação das políticas.

REP — O que uma escola que se propõe inclusiva deve observar?

Dra. Tatiana Bolívar Lebedeff — Quando eu me formei a Educação especial tinha um viés muito corretivo, compensatório. Hoje, ainda bem, a Educação Especial busca compreender quais são as habilidades, os potenciais das crianças. Nesse sentido, a Escola Inclusiva deveria olhar para o aluno pensando nas potencialidades dele, não pautar pela falta, pela ausência, pela dificuldade... buscar incentivar as habilidades do aluno, respeitar seu ritmo, seu tempo. Descobrir caminhos, junto com o aluno e com a equipe que é responsável pelo aluno. Nesse sentido, outra questão tem a ver com o “pertencimento” ou “territorialidade” da educação especial. A criança que foi incluída na escola é de responsabilidade de toda a escola, e não apenas da professora do AEE.

Nós vimos, durante a pandemia, como a escola e a avaliação são tradicionais, duras.... Vi crianças com TDAH serem cobradas a assistir aulas das 13:30 às 18:00 pelas telas. Uma corrida desenfreada pelo preenchimento dos livros e apostilas. Nem toda criança se beneficiou com o ensino remoto, teve muito sofrimento, mesmo assim a Escola não se flexibilizou. Talvez tenha sido por falta de orientação, de direcionamento do MEC. O fato é que são inúmeros relatos de falta de recursos tanto materiais quanto pedagógicos de acessibilidade para a inclusão dos alunos durante a pandemia.

Nesse sentido, acredito que a escola precisa conhecer seus alunos. Não falo de um laudo, falo do aluno também, seus gostos, suas linguagens, suas expectativas, suas fragilidades e potencialidades. Minha área é a educação de surdos, e a questão mais delicada no caso das crianças surdas tem a ver com a língua compartilhada. Muitas vezes os estudantes surdos são “entregues” aos Intérpretes de libras e é só com os Intérpretes que as crianças se comunicam. Já vi casos em que o aluno se forma no nono ano com a mesma turma e os colegas não sabem dizer nem “OI” em Libras. Para mim isso é o retrato do fracasso do sistema, isso não é inclusão, é número de matrícula. Conheci, em uma cidade do interior do RS uma escola com sala de recursos para surdos. A escola se queixava que uma aluna não queria frequentar a sala de aula e ficava apenas na sala de recursos, quando a professora do AEE não estava na escola a menina não queria entrar, a queixa toda em cima do comportamento da aluna. O detalhe era que fora os colegas surdos e as eventuais Intérpretes, a professora era a única pessoa da escola que se comunicava em Libras com o grupo de estudantes surdos.... ninguém mais interagia com eles. É uma situação que se encontra reiteradamente, infelizmente.

REP — Quais seriam e qual a origem das maiores resistências dos professores em acolher a educação especial na perspectiva da educação inclusiva?

Dra. Tatiana Bolívar Lebedeff — Acho que as resistências estão ancoradas, por um lado, na falta de formação, na ausência de uma disciplina curricular que estabeleça as relações do que significa planejar e ensinar para uma turma repleta de diferenças. Além disso, o professor está muito sozinho em sala de aula. Poucas vezes o professor tem com quem conversar, trocar ideias, planejar. Tem professor que precisa parar a aula para levar criança em banheiro. Óbvio que com condições tão precárias assim, teremos resistências. Como eu já comentei, a inclusão é um trabalho de equipe. Temos que ver também, que o professor é preparado para esperar uma aprendizagem padrão, o aluno que não dá conta da aprendizagem pode gerar frustração no professor, baixa autoestima, porque parece que “não soube ensinar”. Essa é uma percepção difícil de lidar, mas o professor não foi ensinado na formação inicial e nem orientado, dentro da escola, a compreender essas diferenças e a planejar e avaliar para essas diferenças. Os cursos também não podem ser apenas para apagar incêndios, é necessário um acompanhamento longitudinal dos estudantes e dos professores. Promover estudos de casos, proporcionar discussões sobre os alunos que não podem ser apenas nos conselhos de classe.

REP — Apoiar o professor, em suas angústias e dúvidas, parece essencial para a educação especial. Como a escola e, sobretudo, os administradores da educação (secretários municipais, estaduais, ministro) podem agir nesta direção?

Dra. Tatiana Bolívar Lebedeff — Acho que a palavra de ordem é investimento. É necessário investir em profissionais, tanto na ampliação de número de profissionais como na diversificação da atuação em sala de aula. Além disso, os salários precisam ser dignos. Professores estão trabalhando 60 horas para poder dar conta do orçamento. Em que momento vão planejar? Desenvolver materiais? Pesquisar? Eu visitei muitas escolas nos Estados Unidos e na Inglaterra, sempre tentando observar qual era o diferencial. Para minha surpresa o diferencial nunca esteve na tecnologia, nos recursos materiais. Eu compreendi que o diferencial estava, nas escolas em que observei inclusão, na proposta pedagógica individualizada e na equipe de apoio aos docentes.

REP — A partir de sua experiência, quais os aspectos da pesquisa científica (objetos, abordagens) ainda não foram suficientemente explorados sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva?

Dra. Tatiana Bolívar Lebedeff — Vou falar da minha experiência de trabalho com Educação de Surdos. Acho que precisamos de mais pesquisas sobre educação de surdos com outras especificidades, ou seja, o surdo com autismo, o surdo com TDAH, surdo com Trissomia do 21. Enfim, onde estão esses alunos e quais são as abordagens que estão sendo trabalhadas. Além disso, sinto falta de pesquisas sobre leitura e produção escrita no Fundamental II. Pesquisa-se muito sobre o período de alfabetização dos surdos, mas não sobre o quinto ano em diante. Mais recentemente o Município de São Paulo lançou o Currículo da Cidade, no qual curriculariza Libras e Português para Surdos. Nesse currículo novo a Libras, compreendida como Língua Materna, ganha um espaço nunca antes conquistado. Então, tudo que é visto em Libras no 1º ano do Fundamental, é visto em Língua Portuguesa no 2º ano do Fundamental. A criança primeiro vê os conteúdos escolarizados da sua língua e, no ano subsequente, os conteúdos em Língua Portuguesa. É uma proposta Bilíngue. Estou ansiosa para que sejam realizados estudos acadêmicos longitudinais sobre essa experiência.

REP — Juntando a teoria e a prática. Quais autores e abordagens recomendaria a leitura para aprofundamento do tema?

Dra. Tatiana Bolívar Lebedeff — Posso dar sugestões da área da Educação de Surdos, na perspectiva que eu estudo. Primeiro vou sugerir que os leitores conheçam o Grupo de Pesquisa do qual faço parte, o Grupo de Pesquisa Interinstitucional em Educação de Surdos (GIPES). No nosso site (<https://www.ufrgs.br/gipes/>) tem muitas sugestões de publicações, tem as *lives* do período da pandemia e, os nomes dos participantes, que são pesquisadores maravilhosos. Colocando os nomes no Google Acadêmico você pode ver a produção dos pesquisadores e encontrar mais material. Outro site muito bom é o do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). No site do INES (<https://www.gov.br/ines/pt-br>) é possível encontrar muito material produzido pela instituição e, os impressos podem ser solicitados gratuitamente, pois o INES é uma autarquia do MEC. Quero destacar a Revista Espaço, do INES (<https://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/index>) que é muito importante para divulgação de pesquisas na área da Educação de Surdos. Com relação a periódicos, muitas revistas publicam sobre a temática da Educação Especial, mas, sugiro

duas bem específicas: Revista de Educação Especial da UFSM (<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>) e a Revista Brasileira de Educação Especial (<https://www.scielo.br/j/rbee/>).

REP — Que conselhos daria a um jovem pesquisador sobre o tema?

E a um professor de educação básica que está iniciando a carreira e se depara com a realidade da educação especial? Vou dar uma sugestão que cabe aos dois: perguntem. Perguntem sempre, não deixem morrer a curiosidade pelo humano. Não se contentem com o pouco: o pouco que o laudo diz, o pouco que está no primeiro texto que foi lido, o pouco de informação que foi passada pela coordenação.